

# Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)



**Clayton Robson Moreira da Silva**

(Organizador)

# Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A238	Administração 4.0 [recurso eletrônico] : flexibilidade para a inovação das organizações / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-520-4 DOI 10.22533/at.ed.204190607  1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da.  CDD 658.1
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações”, publicada pela Atena Editora, compreende um conjunto de vinte e quatro capítulos que abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração, promovendo o debate sobre estratégias, ações e mecanismos flexíveis focados na inovação das organizações.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre administração das organizações, com foco na inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega à área da gestão à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre diversos temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão para a inovação. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “Grau de Inovação das Micro e Pequenas Empresas: uma análise sob a ótica do radar de inovação” e objetivou evidenciar a importância da inovação para as micro e pequenas empresas, apresentando o grau de inovação de uma microempresa que participou do projeto Agentes Locais de Inovação (ALI), no período de 2009 a 2011. O segundo capítulo tem como título “Perfil dos Empreendedores Brasileiros: o que mostra a pesquisa SEBRAE/ IBQP/ *Global Entrepreneurship Monitor*” e objetivou identificar o perfil do empreendedor brasileiro, utilizando a metodologia de pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). O terceiro capítulo, intitulado “Pequenas e Médias Empresas: modelagem de processos de negócios e seus desafios”, objetivou elucidar os esforços, os desafios e oportunidades de pequenas e médias empresas em desenvolverem-se no mercado nacional e estrangeiro por meio do uso do gerenciamento de processos de negócio e suas vertentes.

O quarto capítulo é intitulado “Visão Crítica das Políticas de Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento em Pequenas Empresas” e objetivou debater a importância da articulação teórica entre políticas de gestão de pessoas (GP) e gestão do conhecimento nas pequenas empresas. O quinto capítulo tem como título “Estilos de liderança e a Teoria da Liderança Situacional de Hersey e Blanchard” e apresenta a Teoria da Liderança Situacional como uma ferramenta de gerenciamento que faz uso de diferentes estilos de liderança existentes aproveitando suas virtudes conforme o grau de maturidade do colaborador. O sexto capítulo, intitulado “A Percepção do Colaborador acerca da Implantação de um Plano de Cargos e Carreira: um estudo de caso em uma ICES – Instituição Comunitária de Ensino Superior”, teve como objetivo investigar a percepção dos colaboradores de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES) sobre a implantação do plano de cargos e carreira.

O sétimo capítulo tem como título “Violência Simbólica e Empoderamento:

mulheres que ocupam cargos de direção em centros universitários” e buscou analisar a percepção da existência de empoderamento e/ou da vivência da violência simbólica no cotidiano de trabalho de cinco mulheres que ocupam cargos de alta direção em Centros Universitários, em Belo Horizonte - MG. O oitavo capítulo é intitulado “Equidade Salarial Feminina no Mercado de Trabalho: reflexões a partir de um levantamento bibliográfico” e teve como objetivo nortear novos administradores nas questões relacionadas à equidade salarial através de um levantamento bibliométrico de pesquisas sobre o tema. O nono capítulo é intitulado “Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição: é possível situá-la no círculo das matrizes epistêmicas?” e explora a Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição (TCPO), no âmbito do Círculo das Matrizes Epistêmicas (CME), com base na Sociologia das Ausências, das Emergências, da Teoria (trabalho) de Tradução, bem como na Razão Subjacente: a Razão Cosmopolita como crítica à Razão Indolente.

O décimo capítulo tem como título “Descentralização das Ações de Indução da Cultura da Inovação: estudo do setor confeccionista no município de Curvelo/MG” e estudou a importância da implementação de uma rede inovadora nos municípios onde há unidades CEFET-MG, a fim de consolidar uma política inovadora. O décimo primeiro capítulo é intitulado “Modelo de Internacionalização de Empresas com Suporte nas Teorias Uppsala e Capital Social” e objetivou propor um modelo de internacionalização com suporte na relação entre a Teoria *Uppsala* e a Teoria do Capital Social. O décimo segundo capítulo tem como título “Capital Social e Ensino Superior na Perspectiva da Internacionalização” e objetivou elaborar um *framework* para compreender a internacionalização do Ensino Superior, por meio do capital social desenvolvido em Cooperação Acadêmica Internacional.

O décimo terceiro capítulo é intitulado “Transparência na Administração Pública Municipal do Estado da Paraíba” e objetivou verificar se os 223 municípios que formam o estado da Paraíba estão divulgando os instrumentos de transparência pública previstos no artigo 48 da Lei Complementar n 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos portais eletrônicos dos municípios. O décimo quarto capítulo tem como título “*Accountability* como Ferramenta de Controle e Transparência na Universidade Federal de Rondônia” e objetivou analisar como a Pró-reitora de Planejamento (PROPLAN) cumpre os critérios de divulgação e transparência exigidos pela Lei de Acesso à Informação e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O décimo quinto capítulo, intitulado “Carta de Serviços ao Usuário: um estudo de caso numa grande universidade federal brasileira”, teve como objetivo verificar se o capítulo 2 do Decreto 9.094/2017 está sendo atendido nas universidades públicas federais brasileiras, ou seja, se a carta está disponibilizada ao usuário.

O décimo sexto capítulo é intitulado “Administração Transnacional, Governança Global e Política Mundial: as vicissitudes do mundo em transe” e desenvolve ensaio teórico à luz de Octavio Ianni, David Coen e Tom Pegrum, e Anne-Marie Slaughter. O décimo sétimo capítulo, intitulado “As Perspectivas Acadêmicas da Trajetória das

Políticas de Previdência Social no Brasil”, buscou analisar as perspectivas teóricas adotadas nos estudos científicos sobre a trajetória das políticas de Previdência Social no Brasil de 1998 a 2017 por meio de uma revisão bibliográfica sistemática integrativa. O décimo oitavo capítulo tem como título “Análise de Políticas Públicas: reflexões sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu” e apresenta as principais características do bambu, seu uso nas atividades produtivas, como também analisa sinteticamente a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.

O décimo nono capítulo tem como título “Reduzir, Reutilizar e Reciclar - Sustentabilidade de um Centro de Triagem de Materiais Recicláveis: estudo de caso” e buscou apresentar uma proposta de gestão financeira para um centro de triagem visando sua sustentabilidade no mercado de materiais recicláveis localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. O vigésimo capítulo é intitulado “Custo da Promoção versus o Retorno da Promoção: o caso da GODAM Alimentos” e objetivou mostrar os custos e os retornos esperados de uma ação promocional através do trabalho de um promotor de vendas desta empresa dentro de uma empresa-parceira (cliente). O vigésimo primeiro capítulo é intitulado “Perfil e-Consumidor dos Discentes do Curso de Administração de uma IES Brasileira” e objetivou conhecer o perfil e-consumidor dos alunos do curso de administração.

O vigésimo segundo capítulo é intitulado “Mito x Realidade: o *tag along* como mecanismo de proteção do acionista minoritário das sociedades anônimas brasileiras” e objetivou identificar a efetividade do *tag along* como prática de governança corporativa que protege o acionista minoritário da ação dos acionistas controladores em caso de alienação de controle. O vigésimo terceiro capítulo, intitulado “Análise da Carteira Eficiente entre o Mercado Imobiliário e os Títulos Públicos Federais”, objetivou apresentar uma solução para maximizar um portfólio, utilizando a combinação de investimentos diferentes, buscando, com isso, obter a melhor relação risco-retorno. O vigésimo quarto capítulo tem como título “*Organizational Learning as a Driver of a Social Business Model: a case study*” e investiga como os agricultores orgânicos no Sul do Brasil estão tornando seu negócio social operacionalmente sustentável, criando um ambiente de aprendizagem.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
GRAU DE INOVAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO RADAR DE INOVAÇÃO	
Jéssica dos Santos Veiga Anderson Luís do Espírito Santo Rosa de Barros Ferreira de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
PERFIL DOS EMPREENDEDORES BRASILEIROS: O QUE MOSTRA A PESQUISA SEBRAE/ IBPQ/ GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR	
Ângelo José Penna Machado Carlos Rodrigo da Silva Ywrynicksom Ramos Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS E SEUS DESAFIOS	
Roquemar de Lima Baldam Daniel Vasconcelos Castro Morgana de Freitas Guaitolini Lourenço Costa Thalmo de Paiva Coelho Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
VISÃO CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PEQUENAS EMPRESAS	
Talita Bernardi Goettems Denize Grzybovski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>58</b>
ESTILOS DE LIDERANÇA E A TEORIA DA LIDERANÇA SITUACIONAL DE HERSEY E BLANCHARD	
Elvis Magno da Silva Caique Bevilaqua Vilas Boas Rondinelli Heitor Resende Andrade Heloísa Teixeira Fidelis Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
A PERCEPÇÃO DO COLABORADOR ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE CARGOS E CARREIRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ICES – INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR	
Eder Ocimar Schuinsekel Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906076</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E EMPODERAMENTO: MULHERES QUE OCUPAM CARGOS DE DIREÇÃO EM CENTROS UNIVERSITÁRIOS	
Cristiane Chaves Caldas Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo Ana Lúcia Magri Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
EQUIDADE SALARIAL FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	
Eline dos Anjos Washington Ângelo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>113</b>
TEORIA CRÍTICA PÓS-MODERNA DE OPOSIÇÃO: É POSSÍVEL SITUÁ-LA NO CÍRCULO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS?	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2041906079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>131</b>
DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE INDUÇÃO DA CULTURA DA INOVAÇÃO: ESTUDO DO SETOR CONFECCIONISTA NO MUNICÍPIO DE CURVELO/MG	
Ronaldo Ferreira Machado Lourdiane Gontijo das Mercês Gonzaga Nilton da Silva Maia Antônio Guimarães Campos Maria de Lourdes Couto Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>145</b>
MODELO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS COM SUPORTE NAS TEORIAS UPPSALA E CAPITAL SOCIAL	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>168</b>
CAPITAL SOCIAL E ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060712</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>190</b>
TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA	
Marinely Costa de Lima	
Maria Manuela Costa de Lima	
Iran Jefferson Ribeiro de Lima	
Vera Lúcia Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>207</b>
ACCOUNTABILITY COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	
Daniela Dourado Santos	
Marcilene de Assunção	
Marlene Valério dos Santos Arenas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>223</b>
CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NUMA GRANDE UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA	
Joyce Vasconcelos Coutinho dos Reis	
Diego Fillipe de Souza	
Jorge da Silva Correia Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>236</b>
ADMINISTRAÇÃO TRANSNACIONAL, GOVERNANÇA GLOBAL E POLÍTICA MUNDIAL: AS VICISSITUDES DO MUNDO EM TRANSE	
Carlos Antonio Mendes de Carvalho Buenos Ayres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>248</b>
AS PERSPECTIVAS ACADÊMICAS DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	
Raquel Andrade e Silva	
Elaine Aparecida Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>261</b>
ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO AO MANEJO SUSTENTADO E AO CULTIVO DO BAMBU	
Fábio Moita Louredo	
Ricardo de Souza Martins da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060718</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>273</b>
REDUZIR, REUTILIZAR E RECICLAR - SUSTENTABILIDADE DE UM CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: ESTUDO DE CASO	
Ricardo Zerinto Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>284</b>
CUSTO DA PROMOÇÃO VERSUS O RETORNO DA PROMOÇÃO: O CASO DA GODAM ALIMENTOS	
Elvis Magno da Silva	
Dayana Christina dos Reis	
Sibila Fernanda Martins Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>293</b>
PERFIL E-CONSUMIDOR DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA IES BRASILEIRA	
Igor Ferreira de Fúcio	
Reginaldo Adriano de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
José Carlos de Souza	
Lilian Beatriz Ferreira Longo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>308</b>
MITO X REALIDADE: O TAG ALONG COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DO ACIONISTA MINORITÁRIO DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS BRASILEIRAS	
Éder de Souza Beirão	
João Paulo Cavalcante Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>324</b>
ANÁLISE DA CARTEIRA EFICIENTE ENTRE O MERCADO IMOBILIÁRIO E OS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>336</b>
ORGANIZATIONAL LEARNING AS A DRIVER OF A SOCIAL BUSINESS MODEL: A CASE STUDY	
Michelle Dauer	
Michele de Souza	
Luiz Reni Trento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>348</b>
A IMPORTÂNCIA DO LIDER COACHING NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO COM A EQUIPE DO NÚCLEO DE PESQUISA - OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO ESTADO DE GOIÁS	
Giovanna Adriana Tavares Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060725</b>	

<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>354</b>
A INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO CULTURAL NOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	
<a href="#">Carolina Pellissari Ribeiro</a> <a href="#">Ana Leticia Rupel</a> <a href="#">Jessica Cristine Metnek</a> <a href="#">Patricia Kroetz Maggioni</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>364</b>
PERCEPÇÕES SOBRE O (DES)ALINHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ACCOUNTABILITY E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
<a href="#">Leonardo da Silva Trindade Matos</a> <a href="#">Rosiane Maria Lima Gonçalves</a> <a href="#">Antônio Carlos Brunozi Júnior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>377</b>
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	
<a href="#">André Luiz Alvarenga de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>393</b>
REDUÇÃO DE FALHAS EM SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS COM O USO DAS TÉCNICAS FTA, FMECA E ANÁLISE CRÍTICA DE ESPECIALISTAS	
<a href="#">Roquemar de Lima Baldam</a> <a href="#">Patrick Soares Silva</a> <a href="#">Lourenço Costa</a> <a href="#">Thalmo de Paiva Coelho Junior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20419060729</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>404</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>405</b>

## AS PERSPECTIVAS ACADÊMICAS DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

**Raquel Andrade e Silva**

Universidade Federal de Viçosa- UFV

**Elaine Aparecida Teixeira**

Universidade Federal de Viçosa- UFV

### THE ACADEMIC PERSPECTIVES OF THE TRAJECTORY OF SOCIAL SECURITY IN BRAZIL

**RESUMO:** Este artigo teve como objetivo analisar as perspectivas teóricas adotadas nos estudos científicos sobre a trajetória das políticas de Previdência Social no Brasil de 1998 a 2017 por meio de uma revisão bibliográfica sistemática integrativa. Para tanto, foi necessário entender através da revisão de literatura as definições e conceituações sobre as Políticas Públicas e a Previdência Social. A metodologia desse trabalho foi qualitativa consoante a revisão bibliográfica integrativa, utilizando como suporte a análise lexical do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour l'Analyse Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Nesse sentido, os resultados encontrados elucidaram quatro perspectivas teóricas (Bem-estar, Econômica, Jurídica e Reformista). O que indicou um possível hiato teórico sobre estudos longitudinais e integrativos da trajetória da Política Pública de Previdência Social no Brasil e também iluminou novas oportunidades de pesquisa nesse campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Previdência Social

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze the perspectives adopted in the scientific studies on the trajectory of Social Security policies in Brazil from 1998 to 2017 through an integrative systematic bibliographical review. Therefore, it was necessary to understand the literature review as definitions and conceptualizations on Public Policies and Social Security. A method of work was a qualitative consolidation of the integrated bibliographic revision, using a lexical analysis of IRAMUTEQ (Interface for Multidimensional Analysis of Texts and Questionnaires). In this sense, the results were elucidated by four theoretical perspectives (Welfare, Economic, Legal and Reformist). This indicated a possible moment to obtain the best results and integrate the trajectory of Social Security policy in Brazil.

**KEYWORDS:** Public Policies. Social Security

### 1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas públicas de proteção social que contemplam a Seguridade Social visam resguardar a Saúde, a Assistência Social e a Previdência Social. A Seguridade Social surgiu com esse tripé (Saúde, Assistência e Previdência), após a Constituição Federal de

1988 (CF/88), que pelo seu caráter protetor tentou assegurar o máximo de direitos possíveis ao cidadão (BOSCHETTI, 2009).

Durante essa trajetória de noventa e quatro anos (1923-2017), a Previdência Social no Brasil passou por inúmeras mudanças que ocorreram por meio das alterações legais, as quais concretizaram as políticas públicas de previdência no campo nacional, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Este trabalho está inserido no contexto de turbulentas questões acerca da Previdência Social, uma vez marcada por reformas, indagações sociais, alterações normativas e posicionamento divergentes de governos. Desse modo, fez-se por necessário o estudo de uma revisão bibliográfica sistemática para compreender como o tema está sendo discutido na academia.

As perspectivas da trajetória da Política Pública de Previdência Social são oriundas de uma revisão bibliográfica sistemática que utiliza métodos próprios para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos e para coletar e analisar dados desses estudos incluídos na revisão.

Portanto, o objetivo geral desse artigo é compreender a trajetória da política pública da previdência segundo a academia, visto que, ao ser estudada desde a sua formação até os dias atuais, identificam-se pontos-chaves e peculiaridades no percurso que definem o atual sistema previdenciário. Como resultado do estudo foram encontradas perspectivas temáticas da Previdência mais abordadas, o que possibilitou fazer uma categorização dessas abordagens científicas. Além da presente introdução, o capítulo constitui-se do referencial teórico, no qual são expostas as definições e conceituações sobre as Políticas Públicas e a Previdência Social; as considerações metodológicas e os resultados encontrados.

## **2 | REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Definições e Conceituações sobre as Políticas Públicas e a Previdência Social**

A Política Pública pode ser compreendida como uma diretriz formulada para o enfrentamento de um problema público. Trata do conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, do processo de construção e atuação dessas decisões (SECCHI, 2014).

Consoante Mead (1995), política pública é definida como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. De modo complementar, para Rúa (2009) a finalidade das políticas públicas consiste em manter os conflitos dentro dos limites administráveis além de ser uma das maneiras pela qual os Estados podem prover sobrevivência e desenvolvimento. Portanto, uma política pública é um instrumento de ação do governo para resolução pacífica de um problema público.

Cumprido destacar que as políticas públicas são as ações governamentais

que ocorrem por meio de programas públicos e ou organizações públicas não governamentais. Assim, as políticas públicas são *outputs* resultantes das atividades políticas, elas envolvem várias decisões e requerem distintas ações para a sua efetiva implementação.

Para a melhor compreensão das políticas públicas é mister conhecer os conceitos básicos sobre a sociedade, os interesses sociais, a cooperação e a competição entre os atores políticos. Em suma a política pública engloba a política (*politics*), política pública (*public polity*), sociedade política (*polity*) e as instituições.

Insta salientar que a política pública, incluindo a de Previdência, pode ser compreendida como um conjunto de decisões, planos e metas governamentais, seja a nível nacional, estadual ou municipal, voltados para a resolução de problemas de interesse público.

As políticas de Seguridade Social seriam aquelas responsáveis por proteger o indivíduo e a família contra as adversidades da vida. Já a Previdência Social é uma política pública de subsistência garantida pela Constituição de 1988, que visa acobertar os seus beneficiários em caso de perda da capacidade laborativa, ocasionada pela idade avançada ou por outros riscos sociais, tais como doenças, acidentes de trabalho, reclusão, desde que efetuada a contribuição para o custeio do sistema (ZANIRATO, 2003).

Além de amparar o trabalhador, a Previdência Social proporciona desenvolvimento socioeconômico, por meio dos seus benefícios pagos aos segurados e seus dependentes, principalmente através das aposentadorias e pensões que representam um dos principais pilares da estabilidade social do país. Assim, a intervenção do Estado na economia por meio de políticas públicas e de programas sociais pode ser justificada pela busca da eficiência e da equidade, objetivando melhorar o nível de bem-estar e de renda, produzindo melhores indicadores sociais (ZANIRATTO, 2003).

Portanto, uma política pública é um instrumento de atuação do governo que tem como finalidade a solução não conflituosa de um problema público, sob essa vertente, a Previdência Social se apresenta com relevância, impactando direta ou indiretamente grande contingente de famílias e conseqüentemente toda a sociedade.

### 3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como documental, bibliográfica, descritiva e explanatória por buscar compreender a trajetória da Previdência Social de acordo com a produção acadêmica sobre o tema. A abordagem será qualitativa perante o objetivo proposto, já o universo de análise são os 17 artigos (quadro1) selecionados por meio da revisão bibliográfica sistemática integrativa e analisados com o auxílio do *software* IRAMUTEQ.

As perspectivas teóricas são oriundas de uma revisão bibliográfica sistemáticas que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar

criticamente os estudos e para coletar e analisar dados desses estudos incluídos na revisão. A revisão bibliográfica sistemática pode ser vista como uma metodologia que incorpora outros tipos de métodos para o processo de revisão da literatura (BROOME, 2006).

Cumprir destacar que consoante Botelho, Cunha e Macedo (2011) no bojo da revisão bibliográfica sistemática existe o modelo integrativo que permite o pesquisador aproximar-se da problemática que pretende estudar, o qual faz um roteiro e panorama da produção científica, que o permite compreender a evolução do tema ao longo do tempo. Assim, torna-se viável analisar os possíveis hiatos teóricos e indicar oportunidades de pesquisa.

Seguiu-se os seis passos dessa metodologia sugeridos por Botelho, Cunha e Macedo (2011) são eles: identificação do tema, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos selecionados, categorização, análise e interpretação e por fim síntese do conhecimento.

**1ª. Etapa:** identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

A trajetória da Previdência Social como uma política é o tema da pesquisa. Foram escolhidos os bancos de dados *Speel*, *SciELO*, Google Acadêmico e Portal da Capes, por ser uma pesquisa de âmbito nacional, excluíram-se os bancos de dados internacionais e exploraram os bancos nacionais em sua variedade.

**2ª. Etapa:** estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão

As buscas nas bases de dados ocorreram entre o dia 10.08.2017 e 10.09.2017. As palavras-chaves utilizadas para a pesquisa foram: “previdência social”, “previdência” e “seguridade social” nos campos: título, resumo e palavras-chaves de cada banco de dados. Nessa etapa, foram excluídos os trabalhos que não remetiam à Previdência Social e abordavam apenas a Seguridade. Também foram excluídas pesquisas internacionais que não faziam comparação com a Previdência brasileira. Nesse sentido, foram incluídos trabalhos publicados em revistas que tivessem o *qualis* classificado pela plataforma Sucupira da área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo.

**3ª. Etapa:** Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

Depois do estabelecimento dos critérios de inclusão/exclusão e leitura atenta do resumo, palavra-chave e título foram encontrados 17 (dezessete) artigos que se adequavam à trajetória da previdência social.

**4ª. Etapa:** Categorização dos estudos selecionados

Nessa etapa analisaram-se todos os referenciais teóricos dos artigos selecionados com o auxílio do *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour ler Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), ele é uma ferramenta que auxilia na análise de conteúdo e textual dos arquivos previamente selecionados e preparados. Portanto, ele não conclui a análise, apenas auxilia.

Dentre as inúmeras funções do IRAMUTEQ, foi realizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), nela os segmentos e seus vocábulos são

correlacionados formando um esquema hierárquico de classes de vocábulo (Figura 2). O conteúdo lexical do material foi categorizado e revelaram as quatro principais perspectivas teóricas: Bem-estar, Econômica, Jurídica e Reformista.

**5ª. Etapa:** Análise e interpretação dos resultados

A partir da categorização com o auxílio do software IRAMUTEQ foi feita a interpretação dos dados.

**6ª. Etapa:** Apresentação da revisão/síntese do conhecimento

QUALIS	TÍTULO	AUTOR	REVISTA	ANO
B2	“Seguridade Social no Brasil”	Baptista (1998)	Revista do Serviço Público	1998
B4	“Conceito, Estrutura e Evolução da Previdência Social no Brasil”	Bertussi e Tejada (2003)	Teoria e Evidência Econômica.	2003
A2	“Reforma previdenciária no Brasil em três momentos”	Fleury e Alves (2004)	RAP	2004
B3	“A Seguridade Social Brasileira: caminhos percorridos e a desbravar”	Ramos (2004)	INTERFACE	2004
B2	“A Reforma da Previdência em Dois Tempos”	Melo e Anastasia (2005)	Revista de Ciências Sociais.	2005
A2	“Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil”	Gomes (2006)	RAP	2006
C	“Previdência social e desenvolvimento econômico”	Fagnani (2008)	Texto para Discussão. IE/ UNICAMP	2008
B1	“A Reforma da Previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula”	Nakahodo e Savoia (2008)	Revista Brasileira de Ciências Sociais.	2008
B3	“A previdência Social no Cenário Constitucional Brasileiro”	Costa (2008)	Fragments de Cultura.	2008
B4	“A Previdência Social no Governo Lula – os desafios de um governo democrático e popular”	Marques et al (2009)	Ser Social (UNB).	2009
B3	“A previdência Social: da Constituição à reforma Lula”	Marques et al (2009)	Revista Textos e Contextos.	2009
A2	“Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988”	Lobato (2009)	Ciência e Saúde Coletiva.	2009
B1	“A previdência social e o trabalhador: entre o acesso ao direito e a contribuição”	Jesus (2015)	R. Katál., Florianópolis.	2015
B2	“Estado, trabalho e seguridade social no Brasil: legados, transformações e desafios”	Lanzara (2016)	Rev. Serv. Público.	2016

B1	“A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História”	Silva e Costa (2016)	Administração Pública e Gestão Social.	2016
B2	“Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro”	Lobato (2016)	Saúde em Debate.	2016
B1	“Democracia e Globalização: Políticas de Previdência Social na Argentina, Brasil e Chile”	Loureiro (2017)	Lua Nova.	2017

Quadro 1: Referências dos artigos analisados

## 4 | RESULTADOS

### 4.1 As perspectivas acadêmicas da Trajetória da Previdência Social no Brasil

Foram analisados 17 artigos científicos que compreendem o *corpus*, 3085 segmentos de textos, 11.808 formas e 109.062 ocorrências. A frequência média das formas foi de 35.352350, originando 5 classes semânticas distintas. Diante de todo material processado foi considerado 72,03% do *corpus*.

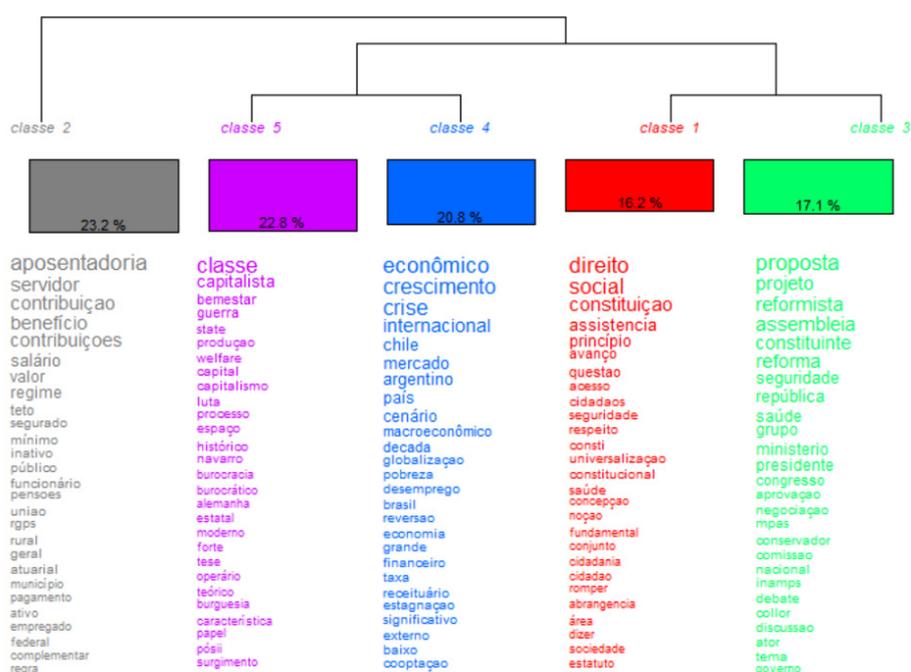


Figura 2: Dendrograma lexical originado da Classificação Hierárquica Descendente.

Uma das funções desse *software* é a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), ela analisa as Unidades de Contexto Elementar (UCE) com vocábulo semelhante, a partir disso organiza os dados em formato de um dendrograma, que permite compreender as expressões e palavras utilizadas nas obras analisadas. O que vai definir se esse agrupamento de palavras tem representação social é a interpretação desse resultado e a sua relação com o plano de cada pesquisa.

A interpretação dos resultados de acordo com o dendrograma (Figura 2) deve ser feita a partir da maior percentagem para a menor, tendo como referência que

essa porcentagem indica a maior representatividade das palavras agrupadas. Nesse escopo, o *Software* indicou 5 classes. O *corpus* foi dividido em 2 subgrupos e em um segundo momento um subgrupo foi novamente dividido que resultaram nas classes 1,2,3, e 4.

A classe 2 que possui 23,2% da variância total das UCE apresenta um grupo de palavras gerais que fazem parte do contexto da pesquisa, ou seja, palavras como aposentadoria, servidor, benefício e contribuições não representam uma perspectiva temática, mas sim o próprio escopo da pesquisa. Assim sendo, essa classe não foi considerada uma perspectiva teórica acadêmica da trajetória da Previdência Social, ela indica de forma geral e universal o que tem sido estudado.

A classe 5 que têm 22,8% da variância das UCE indicou pesquisas que utilizam como base teórica as discussões acerca do capitalismo, o estado bem-estar, o *Welfare-State*, a burocracia, o operário, o capital e outros. Nesse sentido, vislumbra-se que muitos artigos fizeram a relação entre a evolução histórica e a política da garantia dos direitos sociais, incluindo a seguridade social, a previdência social e também os direitos trabalhistas. Nesse grupo de palavras há um viés teórico que permite nomeá-lo de “Bem-Estar” e também indica uma predominância de estudos teóricos que utilizam essa linha de pensamento, ligando a Previdência Social ao Estado de Bem-estar-social ou *Welfare-State*.

Já a classe 4 que se relaciona de forma mais próxima da classe 5 indicou a variância de 20,8% das UCE, não por acaso essa classe indicou palavras e temas como economia, crescimento, crise, mercado, globalização, desemprego, financeiro, Chile, Argentina e outros. As bases teóricas que originaram esse agrupamento de palavras discutem exatamente as crises das previdências sociais, em especial no Brasil e na América Latina. O discurso econômico é muito forte em muitas produções acadêmicas, sempre interligando a situação financeira da Previdência Social ao contexto econômico dos países citados.

A classe 3, por sua vez, com 17,1% das UCE indicou o tema ligado à reforma, proposta, projeto, constituinte, congresso, debate, discussão, negociação e outros. Essas palavras remetem ao tema reforma de maneira geral e como a Previdência Social tem sido analisada sob esse prisma. Os trabalhos em questão se atentam à forma com que as reformas ocorrem em diferentes governos e como a Previdência Social mudou com o passar dos anos por meio delas. Ainda nesse sentido, os debates políticos e o comportamento das casas do Congresso Nacional acerca da política da Previdência Social também foram analisados.

Por fim, a classe 1, com apenas 16,2% das UCE indicou que o tema do direito, assuntos sociais, a Constituição Federal, a assistência, os princípios da Seguridade Social e a cidadania estão em destaque em muitos artigos científicos. O que fica evidente é que a trajetória da Previdência Social está intimamente ligada às alterações legais e constitucionais que afetam toda a sociedade, principalmente os seus princípios constitucionais basilares que são as diretrizes para nortear as Políticas Públicas de

Previdência Social. As cinco classes descritas serão analisadas de acordo com as perspectivas teóricas: Bem-Estar, Econômico, Jurídica e Reformista no tópico seguinte.

#### *4.1.1 Perspectiva do Bem-Estar*

A perspectiva de bem-estar é a que mais se destacou na referida análise, em Ramos (2004); Gomes (2006); Marques et al (2009); Jesus (2015); Lanzara (2016) e Lobato (2016). Os artigos explicitam como o capitalismo e a diferença de classes sociais influenciaram as questões estatais sobre o desenvolvimento da seguridade e da previdência social. Além de traçarem uma comparação entre a evolução das leis trabalhistas com as leis previdenciárias. Os trabalhos científicos também apresentam, de modo geral, uma trajetória histórica, evidenciando os governos, a fase de ditadura e a redemocratização, contextualizando a década de 80 e 90, sob a égide do neoliberalismo, e principalmente após a Constituição de 1988.

Em Ramos (2004), é descrito a trajetória da Seguridade Social brasileira desde o seu surgimento até contexto pós CF/88, trazendo os avanços e retrocessos das políticas sociais nesse percurso. Mesmo com o foco neoliberal nos anos 80 e 90, a autora afirma que na nova década de 2000 mudanças sociais puderam surgir, mesmo que a mercê dos interesses internacionais. Lobato (2016) retoma a relação da ampliação das políticas sociais pós CF/88 com a fase de redemocratização do país, apesar dessa relação não ser óbvia, o contexto da redemocratização foi um ponto importante na garantia dos direitos sociais.

Gomes (2006) se destaca pela análise da delimitação do conceito de Welfare-State e os tipos de Estado de bem-estar social. Principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, com a implantação de políticas públicas em contraponto às mazelas da guerra. Assim, o artigo trata as perspectivas do Estado de bem-estar social e a expansão das políticas sociais pós CF/88.

Marques et al (2009) trabalha a previdência entre os anos 1985 a 2008, enxergando duas fases principais. Uma de ampliação da cobertura dos direitos previdenciários logo após a Constituição de 88 e outra fase de proposta de reformas dos anos 90 e contrarreformas dos governos Lula e FHC.

Jesus (2015) traz à discussão sob o ponto de vista do trabalhador e seus acessos frente à política previdenciária, uma vez que, mesmo sendo dita universal, não consegue segundo o autor abranger a todos. Ele indica uma marginalização de parte da sociedade que não recebe os benefícios e a proteção da previdência. Do mesmo modo, Lazara (2016) analisou a postura estatal frente às políticas de trabalho que garantem a formalidade do emprego e a necessidade disso para se ter a proteção oriunda da Previdência Social, posto que, a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT-1943), o assalariado passava a ter maior proteção, mas também tinha os seus direitos e deveres arbitrados pelo Estado. Logo, o trabalho formal é evidenciado como requisito para se alcançar os direitos sociais e para se ter acesso a previdência.

Nota-se que a perspectiva teórica de bem-estar, oriunda da análise dos artigos aborda o contexto das políticas do *Welfare-State*. Incluindo, nessa toada, a construção das políticas sociais, mesmo com a barreira das políticas capitalista e neoliberais, que trouxeram a ampliação de mercados e a influência internacional, especialmente, após a Constituição Cidadã de 1988. Nesse sentido, é importante a menção nos textos sobre a luta de classes e a situação do trabalhador, que marcam a relação do direito do trabalho com o direito previdenciário e esclarece de que modo ele é assistido em seus direitos e está assegurado pela Previdência.

#### 4.1.2 *Perspectiva Econômica*

Sob outro aspecto, os artigos de Bertussi e Tejada (2003), Fagnani (2008); Silva e Costa (2016) e Loureiro (2017) por meio da retomada histórica da Previdência Social concentram a tese no campo da economia, comparando a situação econômica dos países da América Latina, incluindo na análise o cenário de crise financeira. A priori, argumentam sobre o desenvolvimento econômico, déficit, financiamentos e questões tributárias. A posteriori, indicam índices de crescimento e estagnação econômica. Assim, a trajetória da previdência foi utilizada como pano de fundo para elucidar o seu próprio desenvolvimento econômico.

Em Bertussi e Tejada (2003) é sintetizada a parte histórica das legislações previdenciárias, ou seja, é realizada uma breve evolução histórica e legal. Depois, são verificados os dados oriundos dos gastos e benefícios da previdência, no intuito de analisar as reformas, evidenciando a necessidade ou não de mudanças para garantir o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário.

Sob outro viés, Fagnani (2008) traz à discussão a real necessidade de uma reforma da previdência, o que alteraria as regras de aposentadoria por idade e contribuição. Tendo em vista que, em contradição aos argumentos defendidos pelos economistas, os principais fatores descobertos pela sua pesquisa indicam que o desequilíbrio financeiro é oriundo de fatores exógenos e que a solução política estaria no próprio crescimento da economia e nas mudanças das políticas macroeconômicas.

Silva e Costa (2016) fazem uma análise dos 90 anos de formação da Previdência a fim de compreender a situação financeira e os entraves dos direitos sociais, mas também perpassam cronologicamente as legislações e o modo como elas ocasionaram as transformações históricas, econômicas e governamentais.

Loureiro (2017) retrata os cenários de redemocratização da Argentina, do Brasil e do Chile no intuito de compreender o processo e as consequências das reformas previdenciárias. Para isso, o autor traz uma sequência de ideias sobre a globalização, a abertura da economia e a influência do capital externo, como forma de fazer uma análise comparativa entre os países.

Deste modo, os estudos científicos com viés econômico trazem, em geral, na construção dos seus argumentos um apanhado histórico e legislativo, os relacionando

com as fases da economia brasileira e internacional, com a finalidade de compreender como isso afetou as políticas de previdência. Portanto, as crises políticas, os momentos de estagnação e de crescimento econômico também foram influenciados pelas estratégias políticas e governamentais o que interferiu no sistema previdenciário, resultando, por sua vez, em propostas de reformas, alterações legais e institucionais.

#### *4.1.3 Perspectiva Jurídica*

A perspectiva do Jurídica ou do Direito está presente, com destaque, em Baptista (1998), Costa (2008) e Lobato (2009). Tais artigos analisam a Previdência Social quanto um direito social e a sua proteção por meio das Constituições Federais brasileiras. Os autores estudam os princípios e fundamentos constitucionais da Seguridade Social e analisam de que forma os direitos sociais se constituíram.

Baptista (1998) trabalha a trajetória da Seguridade Social desde o contexto da sua formação enfatizando pressupostos, valores e princípios que estiveram presentes na sua formação, em contraposição com a política atual. É relatado também o debate entre grupos opositores à proposta da seguridade na década de 80 com o próprio dissenso no texto constituinte ao dispor sobre a previdência, a saúde e a assistência.

Em Lobato (2009) é discutido o processo de formação de políticas sociais no Brasil, a priori dentro do sistema de seguridade no contexto pós Constituição de 1988. O autor retrata os conceitos de constitucionalização, a abrangência e ampliação dessas políticas. É relatado que a institucionalização dos princípios apresenta entraves à implementação das políticas sociais. Já Costa (2008) trabalha a previdência social enquanto direito social dentro do contexto das Constituições Federais brasileiras, abarcando as características do Estado em cada época em que foram promulgadas as constituições federais.

Logo, essa perspectiva é encontrada tanto como uma retomada histórica das legislações que deram início ao sistema previdenciário e da seguridade social quanto em uma análise profunda sobre os aspectos constitucionais, a ampliação de direitos e os reflexos pós Constituição Federal de 1988. Há ainda discussões pertinentes sobre o acesso da população a essas políticas que visam, sobretudo, a efetividade das garantias constitucionais.

#### *4.1.4 Perspectiva Reformista*

A perspectiva reformista foi retratada nos artigos Fleury e Alves (2004); Melo e Anastasia (2005); Nakhodo e Savoia (2008) e Marques et al (2009), elas tratam do estudo das propostas de reformas, ora fazendo uma comparação entre os governos e ora remetendo a discussão da necessidade de uma mudança no sistema para que esses não se tornem deficitários.

Fleury e Alves (2004) analisam três momentos históricos da previdência; a

Constituição Federal de 1988; a reforma do período FHC e a reforma democrática do Lula, destacando sobremaneira como as reformas legais ocasionaram mudanças no sistema de financiamento e benefícios da previdência social. Já Marques et al (2009) tratam a forma como o governo Lula encarou a questão da previdência, elucidando a tentativa de resgate ao princípio da solidariedade e a concepção de proteção social. É discutida a situação da previdência social em conjunto com a seguridade social, procurando destacar a realidade financeira do sistema.

Os estudos feitos por Melo e Anastasia (2005) e Nakhodo e Savoia (2008) também discutem o panorama dos governos FHC e Lula, além dos argumentos das propostas de reformas. O primeiro anuncia os contextos dos jogos políticos dos congressistas, o número de coalizões em cada mandato, as relações entre os partidos e como se deram os processos decisórios. Já o segundo indica a necessidade de reforma do sistema previdenciário, gerado segundo os autores, pelo déficit econômico. As suas análises se referem à proposta de reforma anunciada em 1998 e a nova proposta ocorrida em 2003 nos governos acima citados.

## 5 | CONCLUSÕES

Por fim, as perspectivas encontradas anunciam uma maior preocupação da acadêmica em discutir a Previdência Social quanto Política Pública consoante aspectos do Bem-Estar, Econômico, Jurídico e Reformista. Visualiza-se que o Bem-Estar se relaciona com as críticas às políticas que desvirtuam o modelo de Seguridade Social proposto pela Constituição Federal de 1988. Já o Econômico sinaliza uma preocupação com estudos que compreendam a situação financeira da Previdência Social, o que culmina com a perspectiva Reformista, que muitas vezes possui o respaldo econômico para a compreensão das sucessivas reformas.

O aspecto Jurídico que se relaciona com os direitos sociais foi o menos abordado pelos artigos, o que indica uma insuficiência de estudos que compreendam as Políticas Públicas da Previdência reforçando o seu aspecto social. Assim, é identificado um possível hiato teórico relativo à vinculação da trajetória da Política Pública de Previdência Social à trajetória do Estado brasileiro, pois também foi evidenciado a ausência de estudos integrativos, que analisem a previdência social de forma longitudinal.

Por isso, espera-se contribuir para a academia com o referido capítulo ao indicar os caminhos teóricos que já foram utilizados e lançar luz a possíveis pesquisas que desejam retratar a trajetória da Previdência Social como uma Política Pública.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, T. W. de F. Seguridade Social no Brasil. **RSR. Revista de Serviço Público**, v. 49, n.3, jul-set, 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/373> . Acesso em: 18. Mai. 2017.

BERTUSSI, L. A. S.; TEJADA, C. A. O. Conceito, estrutura e evolução da Previdência Social no Brasil.

**Teoria e Evidência Econômica**, v. 11, n. 20, 2003.

BOTELHO, L.; LIRA R; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v.5, n. 11, p 121-136, 2011.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **CFESS. Conselho Federal de Serviço Social.(Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD/Ed. UnB**, 2009. Disponível em: <[http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica\\_fiscal/RGPS/textos\\_artigos/seguridade-social-no-brasil.pdf](http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/seguridade-social-no-brasil.pdf)> Acesso em: 29. Mar. 2017.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; CASTRO, A. A. **Revisão sistemática e meta-análise**. 2006.

CALAZANS, F. F.; CAETANO, M. A.-R. Regulação da previdência no serviço público brasileiro: avanços, limitações e propostas. **CEDIPRE Online**, Coimbra, n.18, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cedipre.fd.uc.pt.>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CAMPOS, M. B. L. B. de. **Regime próprio de previdência social dos servidores públicos**. Curitiba: Juruá, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos** – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, O. M. J. A previdência social no cenário constitucional brasileiro. **Fragmentos de Cultura**, v.18, n.11/12, p. 939-972, 2008.

COSTA, N. R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.14, n.3, p.693-706, 2009.

*ESPING-ANDERSEN, GOSTA. As três economias políticas do Welfare State. Revista. Lua Nova*, n.24, 1991.

FAGNANI, E. Previdência Social e desenvolvimento econômico. Campinas: **IE/UNICAMP**, 2008. (Texto para discussão, n. 140.)

FLEURY, S.; ALVES, R. Reforma previdenciária no Brasil em três momentos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 979-1022, 2004.

GOMES, F. G. Conflito social e Welfare State: estado e desenvolvimentos social no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.40, n.2, p.201-236, 2006.

JESUS, E. A Previdência Social e o trabalhador: entre o acesso ao direito e a contribuição. **Revista Katál**, v.18, n.2, p. 213-221, 2015.

HOBSBAWM, ERIC. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LANZARA, A. P. Estado, trabalho e seguridade social no Brasil: legados, transformações e desafios. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n.1, p. 31-54, 2016.

LOBATO, L. V. C. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição Federal de 1988. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n.3, p. 721-730, 2009.

LOBATO, L. V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde e Debate**, v.40, n. especial, p.87-97, 2016.

- LOUREIRO, M. R. Democracia e globalização: políticas de previdência social na Argentina, Brasil e Chile. **Lua Nova**, v.100, p. 187-223, 2017.
- MARQUES, R. M. A. A Previdência Social no governo Lula- os desafios de um governo democrático e popular. **Ser. Social**, n.11, p.9-28, 2009.
- MARQUES, R. M.; MENDES, A.; GUINO, C. K.; ANDRADE, P. R. A previdência social: da Constituição à reforma Lula. **Revista Textos e Contextos**, v.8, n.2, p. 195-218, 2009.
- MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, n.1-4, fev. 1995.
- MELO, C. R.; ANASTASIA, F. A. A reforma da previdência em dois tempos. **Revista de Ciências Sociais**, v.48, n.2, p.301-332, 2005.
- NAKAHADO, S. N.; SARAIVA, J. R. A. A reforma da previdência social no Brasil: estudo comparativo entre os governos FHC e Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 43-56, 2008.
- RAMOS, R. A Seguridade Social brasileira: caminhos percorridos e a desbravar. **Interface**. v. 1, n.1, p.25-35, 2004.
- RUA, M. D. G. **Políticas Públicas**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Florianópolis ,2009
- SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análises**, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. SILVA, L. L.; COSTA, T. M. T. A formação do sistema previdenciário brasileiro: 90 anos de história. **Administração Pública e Gestão Social**, v.8, n.3, p.159-173, 2016.
- ZANIRATO, S. H. **O descanso do guerreiro**: um estudo sobre a instituição da previdência social no Brasil. Maringá: Eduem, 2009.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Clayton Robson Moreira da Silva:** Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Accountability 6, 206, 207, 208, 210, 221, 222, 385, 387, 396  
Acionista 7, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321  
Administração Pública 6, 83, 188, 196, 207, 208, 211, 213, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 240, 241, 253, 259, 260, 267, 306, 351, 385, 386, 387, 388, 390, 391, 392, 393, 395, 396  
Agentes Locais de Inovação 5, 1, 3, 8, 9, 17  
Alienação de Controle 308

### B

Bambu 7, 10, 261, 262, 263, 265, 267, 269, 270, 271  
BPM 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

### C

Capital Social 6, 145, 146, 147, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 188  
Carta de Serviços 6, 10, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234  
Carteira de Investimentos 324  
Case Study 7, 46, 185, 223, 273, 285, 336, 337, 338, 339, 345, 346, 364  
Círculo das Matrizes Epistêmicas 6, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 130  
Comportamento 68, 83, 383  
Consumidor 7, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 303, 305, 306, 307, 357  
Contabilidade 110, 166, 206, 209, 214, 222, 284, 306, 323, 386, 389, 391, 396, 397  
Cooperação Acadêmica 6, 168, 170, 171, 182, 183  
Cooperatives 336, 341  
Custos 156, 284, 290, 292

### E

e-commerce 46, 143, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 301, 303, 305, 306  
Educação Superior 109, 168, 169, 186  
Empoderamento Feminino 84, 86, 87, 92, 94, 111  
Empreendedorismo 17, 18, 31, 32, 110, 112, 131, 146, 152, 156  
Equidade 6, 96, 102, 109  
Estudos Críticos em Administração 49

### F

Fundos Imobiliários 324

### G

Gestão do Conhecimento 5, 49

Gestão Financeira 273, 286, 287

Gestão Municipal 190

Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 5, 18, 19

Globalismo 126, 236, 238, 246, 247

Governança 6, 55, 221, 222, 236, 238, 241, 242, 247, 282, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323, 396

Governança Corporativa 308, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323

## I

Incubadora de Empresas 132

Índice de Sharpe 324, 335

Inovação 2, 5, 6, 1, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 131, 132, 144, 359, 425, 426, 427, 428, 429

Internacionalização 6, 145, 147, 148, 151, 154, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 170, 171, 181, 183, 186, 354, 356, 358

## L

Lei de Acesso à Informação 6, 191, 207, 208, 213, 218, 219, 228

Lei de Responsabilidade Fiscal 6, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 207, 208, 211, 222

Liderança 5, 8, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 102, 110, 111, 353, 365, 382, 383

Liderança Situacional 5, 8, 58, 59, 60, 64, 66, 67, 383

## M

Maximização 324

Mercado de Trabalho 6, 99, 108, 109, 112, 369, 371, 383

Mercado Financeiro 308, 322, 323

Micro e Pequenas Empresas 5, 1, 3, 16, 17, 22, 24

Modelagem de Processos 34

Modelo de Internacionalização 6, 145, 151, 165

Mulher 94, 96, 99, 109, 111, 370, 373, 374, 383

## N

Neosoberania 236

## O

Organic food production 336

Organizational Learning 7, 336, 345, 346, 347

## P

Participação 60, 110, 112, 137, 215, 236

Pequena Empresa 17, 49

Pequenas e Médias Empresas 5, 36

Percepção 5, 69, 77, 78, 79, 80, 81, 112

Perfil do Empreendedor Brasileiro 5, 18, 19, 30  
Plano de Cargos e Carreira 5, 70, 74, 75, 78, 81  
Políticas de Gestão de Pessoas 5, 49  
Políticas Públicas 7, 10, 95, 109, 224, 233, 236, 238, 243, 245, 246, 247, 248, 249,  
254, 260, 261, 262, 270, 271, 348, 412  
Previdência Social 7, 197, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259,  
260  
Promoção 7, 284, 285, 290  
Propriedade Intelectual 131

## **R**

Radar da Inovação 1, 10, 14  
Reciclagem 273  
Rede de Inovação 131, 132  
Retorno 7, 284, 285, 290, 328, 334

## **S**

Satisfação 73, 80, 83, 301, 357, 360, 361  
Social Business 7, 338  
Sociologia das Ausências 6, 113, 114, 124, 128  
Sociologia das Emergências 113, 114, 124, 128  
Sustentabilidade 7, 261, 273, 274, 282, 313, 314

## **T**

Tag Along 308, 309, 314, 323  
Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição 6, 113, 114, 115, 119, 124, 128  
Teoria Uppsala 6, 145, 147, 163, 164  
Títulos públicos 324, 326  
Transnacionalização 236  
Transparência 6, 190, 191, 194, 205, 206, 207, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221,  
223, 228, 233, 388, 390

## **V**

Violência Simbólica 5, 9, 84

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-520-4

